

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

### DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

Ana Paula Evangelista de Almeida<sup>1</sup>  
Izabella Madaleno<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho analisa as relações estabelecidas entre a Literatura e o campo político no Brasil, através do romance *Esau e Jacó*, escrito por Machado de Assis durante o período de transição do império para a República. Para tanto, busca-se evidenciar que as divergências política existentes entre os personagens principais, os gêmeos Pedro e Paulo, refletiam as configurações do campo político do país marcado por uma constante tensão entre modernidade e arcaísmo – os princípios da democracia representativa contrastavam com as práticas clientelistas, patriarcais e patrimonialistas. Dessa forma, discutem-se os ideais políticos de alguns dos pensadores da época, como José Bonifácio de Andrade e Joaquim Nabuco, já que suas ideias se relacionavam com o pensamento dos personagens criados por Machado: Pedro se posicionava a favor da monarquia parlamentarista, em que prevaleciam os interesses políticos da elite agrária brasileira, enquanto Paulo era favorável à implantação de uma república liberal, capaz de introduzir grandes reformas na ordem sócio-política do país. A fim de reconstruir, interpretar e dar sentido a questões políticas e sociais que ocorreram no período transitório da Monarquia para a república, como a abolição da escravidão, serão desnudados os acontecimentos relatados na obra literária machadiana, correlacionando-os às propostas defendidas por esses pensadores políticos brasileiros. Por fim, aponta-se que a ficção literária retratou de forma realística a estrutura sócio-política de nossa sociedade, o que possibilitou visualizar os entraves que ocorreram na transição do império para a República.

**PALAVRAS-CHAVE:** Monarquia; República; Literatura; política no Brasil.

#### 1. INTRODUÇÃO

No início do século XX, o Brasil surge como república e ganha destaque no cenário econômico e político internacional. A fim de resgatar as transformações sociais ocorridas antes e durante esse período, autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, passam a descrever e refletir sobre nossa essência sócio-político. Outros autores, não tão renomados na esfera das Ciências Sociais também debateram sobre as mudanças sócio-históricas advindas desse o período colonial, passando pelo Império, até chegar à República Velha. Podemos citar Caio Prado Jr., Tavares Bastos, Rui Barbosa, e mesmo os interventores dessas mudanças, como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco. Nesse aspecto, a proposta desse trabalho é analisar minuciosamente os escritos desses autores precursores da filosofia política brasileira, centrando-se em José Bonifácio de Andrada e Silva (2000) através de sua coletânea de textos “*Projetos para*

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

*República*”, e em Joaquim Nabuco (1990) pelo livro “Nabuco e a República”, organizado por Leonardo Dantas, e que apresenta dois dos seus principais escritos; “*O povo e o Trono*” e “*O Dever dos Monarquistas*”, direcionados justamente para o assunto que trataremos: Monarquia e República.

A fim de apresentar e debater melhor os argumentos desses autores e outros que tratavam do mesmo período, já mencionados acima, tomou-se por base o livro de Octávio Ianni (2007) intitulado *Pensamento Social no Brasil*, uma vez que o mesmo reflete sobre as principais abordagens desses articulistas e considera inclusive, a produção jornalística e literária do período como fundamental na constituição dos pensamentos das classes conservadoras e liberais de nosso país. Portanto, o objetivo desse trabalho vai além de uma explanação acerca das ideias desses dois pensadores, sobre a transição do Império para a República brasileira, envolve o campo literário do nosso país, especificamente o trabalho de um dos nossos maiores jornalistas e escritor desse momento: Machado de Assis (2010) e sua obra *Esaú e Jacó*, já que a mesma retrata, ainda que de forma fictícia, os entraves e disputas dessa

ocasião de transição política: o Brasil Monárquico e o Brasil República.

Essa é uma parte importante da história que se revela nos escritos e nas atuações de Tavares Bastos, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompéia e outros. Dedicaram-se a refletir sobre o que era o século 19 brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais. Aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a nação. (IANNI, 2007, p. 17)

Antes de adentrar-se nos principais pontos e conceitos das obras supracitadas, pretende-se retomar alguns acontecimentos históricos que propiciaram as dissensões teóricas e políticas da época; conservador *versus* liberal, monarquista *versus* republicano, elite agrária *versus* burguesia emergente. E em seguida, por meio de um pequeno esboço, tratar da importância da literatura e do jornalismo desse período, como campo interpretativo para as ciências sociais.

### **2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA ACERCA DA EMERGÊNCIA DAS DICOTOMIAS POLÍTICAS DA TRANSIÇÃO DO BRASIL IMPÉRIO PARA O BRASIL REPÚBLICA**

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

Sabemos que o processo de colonização do Brasil se deu por meio de capitânicas hereditárias, que na concepção de muitos teóricos, inclusive de Caio Prado Jr, era um modelo “semifeudal” – uma economia agrária de exploração ruralista - que por meio da intervenção da Corte Portuguesa, se restringiu às regiões litorâneas de nosso país. Durante o período Colônia – Império – República, o “senhor”, o “barão” e “coronel”, foram os representantes administrativos dessas regiões de agricultores.

A ética capitalista, com seu culto da liberdade individual, sua valorização da poupança e do trabalho, seu apreço pelo *self made man*, não fazia muito sentido numa sociedade em que o trabalho era feito por escravos, as relações humanas se definiam em termos de troca de favores e a mobilidade social dependia da patronagem da elite. (COSTA, 1999, p. 11).

Esse monopólio da terra e subjugação à Corte Portuguesa impediu o desenvolvimento urbano e industrial por séculos no país, além do mais, gerou uma grande desigualdade social e miséria entre seu povo, já que o regime era escravocrata e “aculturador” dos povos nativos do país: os indígenas.

Para compreender melhor as mudanças que ocorreram no Brasil a partir do final do século XVIII e durante

o século XIX, é preciso considerar as grandes transformações no cenário europeu. Portugal sofreu fortes influências da estrutura de governo e dos grandes pensadores da Inglaterra, França e dos Estados Unidos. Nesse período, emergiam movimentos civis e revolucionários que reivindicavam mudanças na estrutura sócio-política, como a participação civil e a emergência de uma democracia representativa – nos moldes de um parlamento e com uma nova Constituição.

Segundo Emília Viotti da Costa (1999) vários foram os motivos que levaram a eclosão do movimento republicano, dentre eles, podemos citar: as contradições entre os diversos interesses de grupos econômicos distintos; a distância das províncias em relação ao centro do poder e, por fim, a dificuldade de acomodação política das novas forças econômicas, (condicionadas pela nova ordem econômica mundial então vigente) que acabaram por arrastar o regime monárquico a um nível de inércia que o inviabilizou definitivamente como projeto de governo.

E de acordo com Sergio Buarque de Holanda, (1978) a situação de instabilidade do Império foi fruto da

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

excessiva centralização do sistema e da dificuldade encontrada pelas províncias mais desenvolvidas economicamente de se sobressaírem, no âmbito político, sobre as áreas tradicionais. Nestes contextos mais dinâmicos, a ideia liberal, que poderia estar ou não ligada ao republicanismo, teria adquirido nova força. Logo era preciso que não só Portugal se adequasse a esse modelo, mas suas colônias, principalmente o Brasil, que a partir de 1808 se tornou a sede da Corte Portuguesa. De acordo com Emília Viotti da Costa (1999, p. 14): “setores novos das elites agrário-mercantil-exportadoras se lançam num projeto de modernização relativa do país e disputam o poder às elites tradicionais.”.

Logo, as modificações sociais, políticas e econômicas empreendidas com a vinda da Corte para o Brasil – os novos arranjos políticos nas relações com a Metrópole, ainda nos moldes do Absolutismo fez insurgir inúmeros movimentos separatistas, ocasionando grandes dificuldades em se estabelecer um arranjo federativo no país. Foram fundamentais para articular o processo de Independência e implementar uma Monarquia Parlamentarista nos moldes europeus, no entanto a mesma guardou resquícios do período colonial, e

consequentemente não conseguiu atender os interesses dos diferentes grupos veiculados ao poder; fazendeiros, militares, comerciantes, estrangeiros e intelectuais.

É nesse contexto que se fortalece as divergências e interesses políticos e econômicos representados por aqueles que se adequavam ao Partido Conservador – principalmente as elites agrárias e ruralistas que eram beneficiadas desde o período da Colônia – e os que assumiam as ideias do Partido Liberal – geralmente as classes emergentes como os comerciantes e militares que buscavam estruturar o país ao modelo capitalista internacional. Cabe ressaltar que nesse período é que José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco ganham papel de destaque no cenário nacional, o primeiro envolvido com o processo de Independência e a implementação do Segundo Império e o segundo dedicado a causa abolicionista e a implantação de um novo regime político para o país.

Se no Brasil Colônia não havia quase atividade urbana, sem indústria e comércio, o Brasil Império iniciou um novo quadro, com os primeiros indícios de uma sociedade mais urbanizada com oligarquias agrárias e ascensão dos profissionais liberais, principalmente os

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

chamados “bacharéis” (destaque para Joaquim Nabuco e Machado de Assis). Contudo, isso não resultou em uma ruptura com a ordem vigente – patriarcalista, patrimonialista e elitista – na verdade os novos setores presente na sociedade imperial, dentre eles os militares – como o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva - acabaram cooptados e subordinados aos ditames das oligarquias ruralistas, pois mesmo durante o período da República Velha, o Brasil ainda era um país agroexportador.

Apesar dessas tentativas de mobilização popular, a República se faria como a Independência se fizera – sem a colaboração das massas. O novo regime resultaria de um golpe militar. Nos meios republicanos, a estratégia conspiratória prevaleceu sobre a estratégia revolucionária. O Exército apareceu aos olhos das novas elites como o instrumento ideal para derrubar a Monarquia e instituir um novo regime que as colocasse no poder. (COSTA, 1999, p. 15).

O país jogou com o branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos do escravismo. E após a proclamação da República, prevaleceram os interesses de setores burgueses emergentes, combinados com os preexistentes – a elite agrária. Somente com a Revolução de 1930, período em que Florestan Fernandes aponta como o início da

“revolução burguesa”, é que começa um verdadeiro e forte ciclo de industrialização e comércio urbano no país.

### 3. LITERATURA, JORNALISMO E ASPECTOS POLÍTICOS DA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

Em sua obra *Literatura e Sociedade*, Antônio Cândido (2006)<sup>3</sup> já expunha a importância da literatura como fenômeno de civilização, uma vez que a mesma dependia, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. Nesse aspecto, questionamentos foram levantados pelo autor sobre a relação e influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte, a ponto de considerar que ela deve ser imediatamente contemplada por outra: qual influência exercida pela obra de arte sobre o meio?

A literatura tratou de temas veiculados à política em diversos momentos, desde o período colonial, passando pelo Império até o início da Era Vargas, como na Semana de Arte Moderna – enfatizando principalmente o resgate de nossa cultura - não somente descrevendo e repercutindo os fatos políticos, como criando ficções, muitas

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

baseadas no cenário político que vivenciavam seus escritores, como é o caso da obra analisada, *Esau e Jacó* de Machado de Assis. Dessa forma, compreende-se a importância dos jornais impressos, das novelas de folhetins e dos periódicos lançados na época do Brasil Império e que tiveram não só a influência do meio sócio-político, mas também foram capazes de influenciar o mesmo.

De acordo com Ana Luiza Martins (2008, p. 48) no livro, *História da Imprensa no Brasil*, se verificássemos o material literário e mesmo os jornais daquela época poderíamos afirmar que “a Política e Imprensa se conjugam, principalmente a serviço dos partidos - Conservador e Liberal – atrelado a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais” em geral, os partidos e respectivas famílias se faziam representar por meio de um jornal, demarcados de suas posições, ambições e lutas:

A nova imprensa e as associações constituíram uma arena na qual os grupos da geração de 1870 podiam expressar suas opiniões sem coerção do Estado ou constrangimento social direto. (...) A nova imprensa trazia ainda resumos dos debates parlamentares mais momentosos no estrangeiro, como os ingleses e franceses; artigos sobre as mudanças de

regime na Espanha, na Itália, e sobre a situação política de realidades tão longínquas quanto a China e a Constantinopla. As sessões do Senado e da Câmara eram acompanhadas ao vivo por estes “jornalistas”, como Machado de Assis, que as resumiam e debatiam para seus leitores no dia seguinte.” (ALONSO, 2002, p. 276 e 280).

Nesse ínterim, já na metade do século XIX, nossa imprensa passa a ser caracterizada pela forte presença dos impressos de caráter político. Exemplo disso era o *Jornal de Commercio*, um dos mais antigos e conservadores jornais do Segundo Império, era a melhor representação do jornalismo oficial do mesmo. Sua história se confundia com a do próprio reinado, uma vez que abrigava os jornalistas mais expressivos dos períodos decisivos nas questões comerciais do país:

(...) Reuniu o melhor do jornalismo do cenário brasileiro, com nomes como: Jostiniano José da Rocha, José de Alencar, Guerra Junqueira, Alcindo Guanabara, José Maria da Silva Paranhos, Francisco Octáviano, Joaquim Nabuco – este último era correspondente em Londres e mais tarde seu arauto abolicionista – entre tantos outros que formaram sua credibilidade no tocante à informação comercial e política. (...) Em 1889 era visto por jornalistas estrangeiros como uma espécie de *Times*, com um bom repertório de fatos e conjunto útil de documentos. (MARTINS, 2008, p. 54).

A opinião pública brasileira desse período era um recurso para legitimar posições e um instrumento

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral, bem nos moldes dos ideais democráticos e liberalistas da época. Exemplo disso era o jornal *Correio Braziliense*, apesar de ser feito em Londres, escrevia aos leitores brasileiros e caracterizava-se por criticar ardorosamente a Corte.

É nesse quadro amplo de transformações socioculturais que temos os primeiros redatores brasileiros, grande parte deles, caracterizavam-se por serem homens de letras, em geral visto como portadores de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica escreviam no chamado estilo panfletário:

Redator Panfletário: É o tipo do escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações (...). Publicavam livros talvez, mas, sobretudo, impressos de combate imediato, de apoio/ataque a pessoas e facções e de propagação das “novas ideias”, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los. (MOREL, 2008, p. 35)

Marco Morel (2008) em *História da Imprensa no Brasil* caracteriza os primeiros jornais como construtores do Estado Nacional e destaca o estilo panfletário como uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates

políticos de nosso país, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. Segundo o autor, o estilo panfletário (hoje em franco desuso na imprensa) alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como: “capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária e sátira” (MOREL, 2008: 37). Marco Morel (2008) em *História da Imprensa no Brasil* caracteriza os primeiros jornais como construtores do Estado Nacional e destaca o estilo panfletário como uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos de nosso país, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. Exemplo disso era as crônicas de Machado de Assis, em especial aquela que se referia ao uso abusivo do poder moderador de D. Pedro II na câmara, demitindo um liberal do ministério e substituindo-o por um ultraconservador, sendo que a câmara em sua maioria era liberal.

Outro conto machadiano, de 1882, que aborda a transição da Monarquia para a República, *Sereníssima República*<sup>4</sup>, denuncia irregularidades políticas e o apropriação errado de determinados conhecimentos científicos, principalmente pelas leis do estado –

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

devido ao poder Moderador e os ideais positivistas e marxistas que passam a influenciar nosso cenário político e nossos intelectuais - demonstrando assim, o ambiente caótico que enraizava nossas instituições políticas.

Eram constantes nos antigos regimes, principalmente após as práticas de leitura em voz alta, debates e discussões coletivas, principalmente sobre o meio político. Portanto, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela expansão do público leitor, o que deu à escrita imprensa uma crescente importância, já que as tipografias e as primeiras livrarias eram frequentadas ao mesmo tempo por redatores e leitores, em que se permitiam conversas, contatos, criando laços ou embates sociais.

Foi também no decorrer do Segundo Império, sob a égide da cultura francesa que tanto influenciava nosso país, que surgiram grandes investimentos no setor gráfico e na fabricação de papel. Contudo, grande parte das manifestações a favor da implantação de um modelo republicano em nosso país teve como percussores os jornais impressos. Exemplo disso é o jornal *A República*, um órgão do partido Republicano Brasileiro, que tivera como

redator Quintino Bocaiúva, influente político da época.

Mesmo depois do dia 15 de novembro, com a proclamação da República, a imprensa de caráter monarquista, não deixou de lado seu envolvimento com o campo político, e se transformou em imprensa republicana agente do projeto civilizador, secularmente acalentado.

(...) a ideia de República foi encapada e propalada por uma imprensa vivaz, onde militaram liberais, jovens oficiais, cafeicultores do sudeste e os quadros do Partido Republicano Paulista (PRP), que fizeram dos prelos o instrumento preferencial da campanha republicana”. (...) Valendo-se dessa retórica habitual, mesclada pela literatura romântica e pela oratória bacharelesca, os propagandistas levaram a causa da abolição para a imprensa, reconhecida como a mais popular das campanhas até então desfraldadas no país. (MARTINS; LUCA, 2008. p. 73-74).

Todas essas transformações sócio históricas foram articuladas por intelectuais – “os bacharéis” – por jornalistas, membros da Corte, como os militares, grandes fazendeiros e pela camada de comerciantes emergentes. Muitas das informações que temos hoje sobre esse contexto de mudanças são provenientes de livros, escritos em folhetins, cartas e até da ficção literária. As obras de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Joaquim Nabuco são primordiais para entendermos as



## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

influências europeias e a concepção de mundo dos intelectuais tanto conservadores quanto liberais da época. É o que veremos no próximo capítulo.

Por outro lado, autores veiculados ao campo da literatura, os mais contemporâneos, como Raul Pompeia, Aluísio de Azevedo, Olavo Bilac, Oswald de Andrade marcaram a história da ficção ao destacar em suas obras questões culturais e políticas do final do século XIX e início do século XX. Mas além desses escritores, grandes romancistas como José de Alencar, Joaquim Manuel Macedo, apontavam e descreviam a sociedade brasileira de séculos anteriores, suas vestes, sua ligação com os valores da época, sua vivência com outras etnias. O capítulo final busca justamente debater sobre o papel da ficção literária, em especial, os romances e escritos de folhetins, no que se refere à obra de Machado de Assis e destacar o papel dos mesmos não apenas nas descrições das relações empreendidas no cenário político da época, mas também a influência dessas publicações na obra machadiana. Cabe lembrar que, como descrito nesse capítulo, o jornalismo que utilizava de contos, recorria a uma espetacularização da leitura e da história, uma obsessão com a circulação

de opiniões e ideias, atrelada ao binômio convencimento/ceticismo. Todos esses elementos participam da construção do relativismo irônico machadiano e reaparecerão com determinada configuração em *Esau e Jacó*.

### 4. PERCEPÇÕES ACERCA DOS ESCRITOS DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA E JOAQUIM NABUCO

A fim de melhor compreender os processos empreendidos durante a transição do Império para a República e até mesmo visualizar o porquê da ausência de uma revolução armada no país, faz-se necessária a análise de dois grandes escritores envolvidos nesse cenário de entraves políticos, ligados a Corte e aos magistrados da época; José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco. A escolha desses nomes se deve a grande atuação dos mesmos no processo de Independência do país (José Bonifácio) e na articulação da abolição da escravidão (Joaquim Nabuco) e expansão das ideias liberais pelo nordeste do país. Como já vimos nos capítulos anteriores, os pressupostos políticos desses autores não só influenciaram grande parte dos intelectuais e determinadas elites que controlavam o poder econômico do

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELLECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

país, como também, eles passaram a ser uma espécie de representantes da “ideologia” das mesmas;

O segundo Reinado teve esta dupla fonte: a experiência nacional e o repertório político – intelectual europeu. Dosava os valores universais vindos do mundo europeu civilizado e a realidade nacional a civilizar. (...) O modelo de suas instituições políticas deve à pedagogia legada pelas convulsões europeias e regenciais: a liberdade dependia da ordem. Mais que copiar os europeus, a elite imperial se esforçou em evitar a maior de suas desgraças: a revolução. (ALONSO, 2002, p. 56).

### 4.1 ESCRITOS DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E JOAQUIM NABUCO

José Bonifácio é uma figura importante na história do Brasil. Estudou em Coimbra e foi ministro de D Pedro, e o envolvimento com o processo da Independência em 1822 fizera dele “O Patriarca da Independência”. Por outro lado, Joaquim Nabuco, teve grande destaque em Pernambuco. Bacharel em Direito, e envolvido no campo político, ficou conhecido por sua obra *O abolicionismo*. Considerado o mais republicano dos monarquistas, produziu uma série de artigos já nas décadas que antecediam o período de transição da Monarquia para a República. Os escritos que se seguem tratam

justamente das obras desses dois renomados autores, *Projetos para o Brasil*, de José Bonifácio de Andrada (2000) e *O Povo e o Trono*, e *O Dever dos Monarquistas*, presente no livro *Nabuco e a República* organizado por Leonardo Dantas Silva (1990).

Sabemos que ambos foram fortemente influenciados pelos teóricos europeus. José Bonifácio, por exemplo, viveu durante trinta anos na Europa, e adquiriu muito conhecimento científico, aderindo fortemente às ideias positivistas que rodavam aquela região. Ficou conhecido no campo sócio-político por ser um patriota e nacionalista exacerbado, com atitudes conservadoras e adepto da Monarquia. Segundo Emília Viotti da Costa (1999: 77), no capítulo 2 do seu livro *Da monarquia à república: momentos decisivos*, referente a José Bonifácio – capítulo intitulado *José Bonifácio: mito e história* – o mesmo “sonhava com um governo apoiado nas camadas conservadoras, nem democrático, nem absolutista, controlado por um dispositivo constitucional e parlamentar: uma monarquia constitucional representativa com exclusão do voto popular.”.

O projeto reformista de Bonifácio, apresentado na obra *Projetos*

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

*para o Brasil* abrangia temas como abolição, educação pública e a reforma da propriedade de terra. Nesse aspecto, ao tratar do Brasil arcaico o autor apontava vícios tais como o clientelismo, favor, exclusão, fraude e violência no setor político e econômico.

O Brasil agora é feito para democracia, ou para o despotismo – errei em querer dar-lhe uma monarquia constitucional. Onde a aristocracia rica é instruída? Onde está um corpo de magistratura honrado e independente? E que pode um clero imoral e ignorante, sem crédito e sem riqueza? Que resta pois? Uma democracia sem experiência, desunida, corrompida e egoísta: ou uma realza, sem confiança e sem prudência (...) (SILVA, 2000, p. 11).

Portanto, para ele, tanto a República quanto a Democracia são sistemas falhos que trazem somente malefícios. Ainda segundo Costa (1999: 118) ele se tornou não apenas valorizado pelos abolicionistas por seu programa emancipador, mais também pelos progressistas, haja vista que possuía ideias avançadas quanto às esferas econômicas e sociais, e mesmo os conservadores respeitavam-no por suas opiniões políticas monárquicas.

Em sua obra, escreve sobre a escravidão, propondo regulamentos sobre a escravatura, trata da cultura indígena, afirmando que os índios deveriam gozar dos privilégios da raça

branca. Aborda assuntos relacionados à Reforma, propondo formas de conservar-se um Estado, delibera sobre economia e política, defendendo as concepções monarquistas e pontuando as desigualdades advindas do monopólio das terras por grandes latifundiários e também fala do Brasil em si, descrevendo o “caráter geral dos brasileiros”: “Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade e mal sofrem perder as regalias que uma vez adquiriram. (...) Empreendem muito, acabam pouco. Sendo os atenienses da América, se não forem comprimidos e tiranizados pelo despotismo.” (Silva, 2000, p. 97).

Neste contexto, o autor afirmava que era “preciso restringir os latifúndios e incentivar a pequena e média propriedade”. Além disso, criticava fervorosamente a intervenção da Igreja Católica na política nacional ao dizer que a religião “convidada à vadiação e fazia do celibato uma virtude, mas na verdade ela era uma planta venenosa no Brasil, principalmente no que se refere ao catolicismo, já que ao mesmo convinha mais a um governo despótico do que um constitucional.” (Silva, 2000, p. 11).

No que diz respeito às obras e ao pensamento social de Joaquim Nabuco,

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

vemos que o modo como abordou a questão social – principalmente a abolição - projetou-o para além dos marcos do liberalismo conservador brasileiro. Foi um liberal social, principalmente ao dizer que o país precisava mais de reformas sociais do que de reformas políticas; “uma reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda que se possa chamar Revolução”, afirmou, em novembro de 1884, na Campanha Abolicionista.

No seu artigo *O Povo e o Trono*, Nabuco critica fervorosamente o governo de D. Pedro I, e as suas atitudes tirânicas, principalmente, no que diz respeito ao não exercício dos princípios constitucionais, como a liberdade democrática: “O governo do Brasil, que alguns chamam constitucional representativo, não passa de um governo absoluto (...) Destruindo-se o poder moderador, a democracia marchará a passos largos (...) O sufrágio universal é a medida que o patriotismo reclama.” ( Nabuco *apud* Silva, 1999, pp. 26-27).

No texto *O dever dos monarquistas*, Nabuco critica o modelo monárquico presente no país, apoiado nos ditames do sistema de governo português, principalmente por ele alimentar o escravagismo. Mas apesar

das críticas ao sistema monárquico brasileiro, o autor destaca em seu texto a preferência por essa forma de governo, nos moldes do parlamento inglês, haja vista que a República pura em si, traria problemas envolvendo questões financeiras, a manutenção de uma ordem federal, questões militares, já existentes e emergentes no governo de D. Pedro I.

Segundo Leonardo Dantas Silva (1990) com a libertação dos escravos pela Lei de 13 de Maio de 1888, Joaquim Nabuco, passou a defender a uma Monarquia Federativa para o Brasil, com divisão territorial do Império numa Federação de Províncias: “Antes de tudo, é preciso salvar o Brasil. Passá-lo ao estrangeiro como um todo nacional valeria mais do que deixá-lo desfazer-se em pequenos Estados.” ( Nabuco *apud* Silva, 1990, p. XI).

O jovem incendiário republicano, adepto de um sistema representativo democrático cedeu lugar, ao maduro liberal que via na integridade territorial da Pátria o bem maior a ser preservado. Passando, pois a defender fervorosamente o sistema monárquico federalista, já que o mesmo impediria a divisão do país em pequenas repúblicas;

“O trono sem povo é uma árvore sem raízes, é um edifício sem fundamentos

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

(...) Em vez do governo de hoje, em vez do regime pessoal, que as leis criaram, virá o puro governo representativo; em vez da vontade de um só substituída à palavra sincera dos comícios virá a voz da praça pública; em vez do imperialismo teremos a democracia. (Nabuco *apud* Silva, 1999, p. 9).

Em suas obras, Nabuco deixa evidente a desigualdade social provenientes do monopólio da terra e do domínio comercial de determinados setores da sociedade urbana, assim como Bonifácio, critica assiduamente o comportamento das elites brasileiras: “É a falta de partidos reais, de interesses políticos bem definidos porque as bandeiras hasteadas até ontem não foram em nome dos princípios, mas de indivíduos; não foram à frente do povo, mas de grupos ambiciosos.” (Nabuco *apud* Silva, 1990, p. 12).

Dentre todas as correntes liberais e conservadoras que rodeavam os intelectuais brasileiros do período de transição da Monarquia para a República, os ideais de Nabuco resumiam-se em propor um país mais justo e mais humano, ainda que o mesmo fosse a junção desses dois sistema de governo, uma monarquia federalista:

“Se alguém me perguntar se sou *monarquista* ou *republicano* em princípio, eu mesmo não saberei responder (...) *Republicano* onde a

república é a tradição nacional, a forma social psicológica, como na Suíça ou nos Estados Unidos, e *monarquista* onde a monarquia não é um obstáculo à liberdade, mas por assim dizer, a condição climática permanente e regular que a deixe crescer e frutificar. (...) Para ser bom monarquista é preciso ter o ideal republicano, mas a confusão está em supor que o ideal republicano se realiza sob forma republicana da América do que sob forma monárquica da Inglaterra.”<sup>5</sup>

Portanto era evidente a influência, não só da literatura europeia, como também das formas de governo emergentes nesse continente, na vida desses autores que marcaram a ciência política e a história de nosso país. Fica claro, no entanto, as divergências teóricas no projeto de políticas dos mesmos. Se de um lado, Bonifácio ainda tinha resquícios conservadores do tempo do seu envolvimento com o poder de D. Pedro I, menosprezando princípios democráticos, Nabuco era aberto aos ideais constituídos durante a Revolução Francesa. Por outro lado, eles concordavam que as elites agrárias impediam o desenvolvimento urbano do país, principalmente na manutenção da ordem escravocrata e no monopólio do poder econômico e político.

Os pensamentos desses autores presentes em boa parte de suas publicações, não se restringiam apenas aos mesmos, faziam parte do contexto

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

social e jornalístico do período de transição da Monarquia para a República, apontando esse período não como revolucionário, no que envolve armas e o povo, mas sim de muitos debates e contestações, provenientes de uma camada média e intelectual de nossa nação: os bacharéis. No próximo capítulo veremos como Machado de Assis, contextualiza bem essas divergências teóricas, e a recepção do povo brasileiro a essa transição, em sua obra *Esau e Jacó*.

### 5. LITERATURA E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO ROMANCE MACHADIANO – ESÁU E JACÓ

O penúltimo romance de Machado de Assis, *Esau e Jacó* foi publicado em 1904 e tem como enredo a história de vida dos irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, que apesar de irmãos eram “adversários” em vida. Durante a narrativa a rivalidade existente entre eles foi predito por uma advinha antes de seu nascimento, quando a mãe deles, Natividade, sobe o morro do Castelo para consultar o destino dos filhos com a cabocla Bárbara. Segundo essa advinha, o futuro dos meninos seria grandioso, mas eles viveriam em constante oposição.

É fato que no campo político Pedro e Paulo tinham pensamentos opostos, e dessa forma, eram rivais. Pedro, a princípio defendia convictamente à Monarquia, e Paulo, ao contrário, apoiava fielmente à República.

Ora, a atitude dos dois já revelava suas convicções políticas. É importante destacar que nesse momento de discussão aparece em cena Natividade, mãe dos meninos, que censura o filho Paulo, pois não via com bons olhos os ideais republicanos, já que esses eram opostos à ordem vigente, o Império, e também aos interesses da elite agrária que sobrevivia a custos desse modelo, e no qual a família dos irmãos estava submersa. Observa-se que a inclinação para assuntos políticos começou desde cedo nos irmãos Pedro e Paulo, quando adolescentes eles já possuíam convicções políticas, delineando-se o caminho pelo qual os gêmeos iriam trilhar durante a idade madura.

Torna-se indispensável nessa análise explicitar brevemente alguns momentos do romance *Esau e Jacó*, enfatizando as passagens do livro que envolve dois importantes momentos políticos que o Brasil vivia; o final do período monárquico e início da

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

República, no qual o escritor Machado de Assis, a partir desses personagens fictícios retrata com detalhes os posicionamentos políticos e ideológicos que envolveram esse momento.

Observa-se que, desde adolescentes, os gêmeos já simpatizavam com a política, e, também assumiam uma posição ideológica. Pedro defendia a monarquia e Paulo a república. Nota-se que, no capítulo *Robespierre e Luís XVI*, os irmãos irão adquirir um quadro: Pedro comprou aquele que possuía a imagem D. Miguel, simbolizando a monarquia e o absolutismo político da época, e Paulo o de Robespierre, representando a influência das ideias liberais francesas que rodeavam o mundo. Observemos o trecho abaixo: “[...] Pedro viu pendurado um retrato de Luís XVI, entrou e comprou-o [...] Paulo quis ter igual fortuna adequada às suas opiniões, e descobriu um Robespierre” (ASSIS, 1997, p. 50).

No capítulo *O discurso*, há uma descrição sobre o fato de Paulo estar estudando direito em São Paulo, logo, como já vimos anteriormente, era notório o envolvimento político dos bacharéis. Nesse tempo de formação, ele escreve uma carta para sua família, e a mesma é qualificada como discurso

com ares republicanos, agradando a todos que leram. Ressaltemos que nessa época ainda vigorava o poder imperial, contudo a Constituinte era tomada por representantes republicanos e os ideais dos mesmos eram propagados cotidianamente pelas cidades litorâneas. Nesse mesmo capítulo, aparece o pai de Paulo, entusiasmado pelo brilhante discurso do filho, resolve publicá-lo, como era de praxe ali. E diz Santos (pai de Paulo): “O discurso é magnífico, e não há de morrer em São Paulo; é preciso que a corte o leia, e as províncias também, e até não se medaria fazê-lo traduzir em Francês” (ASSIS, 1997, p. 84).

Outro momento onde a opção política dos gêmeos fica evidente é no capítulo intitulado *Quando tiveram barbas*. Os irmãos, ao serem indagados por uma pessoa sobre sua idade, associam sua data de nascimento a acontecimentos políticos. É claro, que Pedro e Paulo aproveitaram o ensejo para manifestarem suas posições políticas. Assim lê-se que: “Paulo respondeu: - Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono. E Pedro: - Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono” (ASSIS, 1997, p. 47). Tal passagem ressalta que o primeiro não era condizente com

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

um governo Monarquista e o segundo era adepto de uma monarquia parlamentarista.

No período de transição da Monarquia para República, Pedro, que tinha um espírito conservador e era favorável à conservação do império, passou por um período de difícil aceitação e depois de algum tempo do início da República, sem escolha e de ainda de maneira crítica e conservadora, acabou por aceitar a nova ordem vigente. Vale ressaltar que, tempos depois, tal personagem se candidatou a deputado, defendendo os ideais do novo regime. Vejamos: “A aceitação por parte deste não foi rápida nem total; era porém, bastante para se sentir que não havia entre ele e o novo governo um abismo” (ASSIS, 1997, p. 186)

Pela voz do personagem Aires, que descrevia o romance, vê-se que depois da República ser instaurada, o autor descreve os gêmeos, ao se tratar de política, considerando que em Paulo presidia um espírito de inquietação e não se contentava apenas com a República que se constituía, mas estava disposto a reformá-la; já em Pedro prevalecia o espírito de conservação, bastando o jeito que em que o regime republicano estava, e para ele as mudanças viriam com o tempo. E fala

Aires: “A razão parece-me ser que o espírito de inquietação reside em Paulo, o de conservação em Pedro. Um já se contenta do que está, outro acha que é pouco e pouquíssimo, e quisera ir até ao ponto a que não foram os homens” (ASSIS, 1997, p. 184).

Outro episódio expressivo do livro refere-se à abolição da escravatura. Por meio da voz dos personagens Pedro e Paulo, o narrador consegue traduzir um pouco de como esse ato foi aceito pela sociedade. Ressalta-se que os irmãos apoiavam à emancipação, mas a viam de um modo diferente: Pedro atribuiu à libertação dos escravos um ato de justiça. Paulo, como se pode exemplificar, acreditava que o fim da escravidão representava o início de uma revolução. “A abolição era aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco.” (MACHADO, 1997, p. 71).

Na obra há também o momento em que ocorre a transição da Monarquia à República. O personagem Custódio, dono de uma confeitaria que se localizava na rua do Ouvidor, uma das principais vias da cidade do Rio, fica em dúvida sobre como deveria chamar seu estabelecimento com a mudança. Antes da implantação da República, o estabelecimento de Custódio se



## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

chamava “Confeitaria do Império”, mas com o fim do mesmo, o personagem decide procurar ajuda do Conselheiro Aires, de modo que eles possam encontrar uma solução para o impasse. Aires sugeriu trocar o nome para “Confeitaria da República”, mas Custódio não concorda, pois temia sofrer represálias caso o velho regime voltasse. A solução encontrada foi colocar o nome de “Confeitaria do Custódio”, já que esse era um nome neutro e imparcial e não causaria desgostos àqueles que ali frequentavam.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a Literatura, como atividade artística, e as Ciências Sociais, como modalidade científica, tem modos específicos de reprodução do real, e faz-se necessário estabelecer as diferenças tanto nos discursos quanto nas formas de abordagem e compreensão do ser social e do processo histórico. Pode-se dizer que o cientista social seleciona, para análise, aquilo que supõe ter acontecido ou que acredita ser o verossímil, a realidade objetiva, acessível e não simples construtos elaborados pela imaginação criativa.

Nesse sentido, mesmo com linguagens e formas (artística e científica) distintas, ambas têm função cognitiva fundamental. Isso não significa que a representação artística seja simples reprodução (ou reconfiguração) da realidade. Ademais, a prosa e a poesia evidenciam determinadas perspectivas particulares, íntimas, imperceptíveis que as Ciências Sociais, buscando criar uma história verdadeira, não conseguem nem podem captar. Destacamos, portanto, as passagens do livro, no qual, os personagens Pedro e Paulo manifestam sua posição política e ideológica com o intuito de compará-los com os pensadores políticos José Bonifácio de Andrade e Joaquim Nabuco, já que suas ideias se relacionavam com o pensamento dos personagens criados por Machado.

Essas pequenas passagens descrevem bem as dicotomias e divergências políticas existentes durante o período de transição do Império para a República. Muitos intelectuais, jornalistas, políticos e representantes das elites eram adeptos a um governo monarquista parlamentar, como era o caso de Pedro, personagem machadiano e mesmo de José Bonifácio, ministro da Corte e político renomado da época. Por

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

outro lado, as influências advindas dos governos europeus, principalmente dos ideais da Revolução Francesa e dos Estados Unidos da América, espalharam-se veementemente pelo país, encontrando aqui terreno propício para a mudança, devido aos descontentamentos originários do Primeiro Império, tanto por parte da população interiorana como também por parte de algumas camadas mais ricas da população que se viam prejudicadas com a permanência do absolutismo.

Os indivíduos como Paulo, e Joaquim Nabuco, bacharéis em Direito, se envolveram ainda mais com algumas causas políticas, dentre elas podemos mencionar a questão da abolição da escravidão e a implementação de uma Constituição Parlamentar, onde os diversos grupos brasileiros poderiam reivindicar seus direitos.

No entanto, é evidente que não houve uma ruptura de fato na estrutura política do país com a passagem da Monarquia para a República, como destacou Raymundo Faoro (1975, p. 156) em sua obra “*Os donos do Poder*”, muitos setores da população foram deixados de lado, inclusive os negros, recém abolidos; “A república, depois de dez anos de tropeços, descarta-se, como o Império desde 1840, do mais sedioso

e anárquico de seus componentes: o povo”.

### ABSTRACT

The present study analyzes the relationships between literature and political field in Brazil, through *Esau e Jacó* romance, written by Machado de Assis during the transition from empire to republic. Therefore, it seeks to show that the policy differences between the main characters, twins Pedro and Paulo, the field settings reflected the country's political, then marked by a constant tension between modernity and archaism - the principles of representative democracy contrasted with the clientelistic practices, patriarchal and patrimonial. So, we discuss the political ideals of some of the thinkers of the day, as Jose Bonifácio de Andrade and Nabuco, since their ideas were related to the thinking of the characters created by Machado: Pedro positioned himself in favor of parliamentary monarchy in that prevailing political interests of Brazilian agrarian elite, while Paulo was in favor of implementing a liberal republic, able to introduce major reforms in the socio-political order of the country. In order to reconstruct, interpret and make sense of social and political issues that occurred in the transition from monarchy to republic, such as the abolition of slavery, will bare the events reported in Machado's literary work, correlating them to the proposals advocated by these thinkers Brazilian politicians. Finally, it points out that literary fiction portrayed realistically the socio-political structure of our society, allowing visualize the obstacles that occurred in the transition from empire to republic.

## DA MONARQUIA À REPÚBLICA: COMO A FICÇÃO LITERÁRIA RETRATOU OS ENTRAVES INTELECTUAIS E POLÍTICOS DESSE PERÍODO

**Keywords:** Monarchy, Republic, Literature, Policy in the Brazil.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado. *Esauí e Jacó*. São Paulo: Editora Globo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Obra Completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar 1994. v. II. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000239.pdf>

ALONSO, Angela. *Ideais em movimento – A geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, v. 1 e 2, 1958/1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Historia geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico: reações e transações*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978.

IANNI, Octávio. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2007 .

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo : Publifolha, 2000.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de.(orgs) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Dantas Leonardo. *Nabuco e a República*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>1</sup> Autora. Mestranda no Programa em Pós-Graduação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [evangelistaalm@yahoo.com.br](mailto:evangelistaalm@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Co-autora. Mestranda do Programa em Pós-Graduação do Curso de Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [iza-bellalet@hotmail.com](mailto:iza-bellalet@hotmail.com)

<sup>3</sup> Cândido, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. Disponível em: [http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio\\_Candido\\_-\\_Literatura\\_e\\_Sociedade.pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_-_Literatura_e_Sociedade.pdf).

<sup>4</sup> ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000239.pdf>.

<sup>5</sup> Artigo publicado em *O Paiz* ( Rio de Janeiro), em 28 de novembro de 1888, citado na obra “Nabuco e a República” de Leonardo Dantas Silva.